

A distribuição da renda real no contexto urbano: o caso da cidade do Rio de Janeiro *

ALFREDO BEHRENS **

Este artigo procura mostrar que, alargando-se o conceito de renda real de modo a incluir certas "comodidades" nem sempre tangíveis e aplicando-se este novo conceito à questão urbana, as diferenciações locacionais de residências afetam bastante o nível de renda. Verifica-se que a oferta de determinados bens está espacialmente concentrada, beneficiando especialmente os moradores de certas áreas. É o caso da oferta de lazer, de segurança pública, de transporte, etc. O artigo baseia-se em pesquisas da Prefeitura do Rio de Janeiro, que forneceram subsídios à elaboração do Plano Urbanístico Básico, e em outras pesquisas de opinião.

1 — Objetivo

O propósito deste trabalho é mostrar algumas das dimensões que caracterizam a distribuição do bem-estar numa comunidade urbana e que, no entanto, dificilmente seriam apreendidas num estudo da distribuição espacial da renda monetária.

O objetivo, contudo, exige um conceito de renda que abranja todas as formas de receitas que ampliem o poder de comando de indivíduos sobre os recursos da sociedade. Neste sentido, a categoria

* Este trabalho constitui uma versão resumida e adaptada da dissertação de mestrado submetida à Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, em junho de 1979. Dois comentadores anônimos e Celsius Lodder e Raul Ekerman revisaram uma versão preliminar e fizeram importantes sugestões, que agradeço, sem pretender fazê-los responsáveis pelas imprecisões que possam ter restado. Os dados originais podem ser encontrados na mencionada tese.

** Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

de renda real endossada por Titmuss mostra-se particularmente apropriada:

“Nenhum conceito de renda pode ser eqüitativo se não consegue abranger todas as receitas que aumentam o poder de um indivíduo sobre os recursos escassos de uma comunidade — noutras palavras, seu ganho líquido de poder econômico entre dois pontos no tempo. . . . Donde renda é a soma algébrica de 1) valor de mercado dos direitos exercidos no consumo e 2) mudança no valor do estoque de direitos de propriedade entre o início e o fim do período sob análise.”¹

Por outro lado, o poder de comando sobre os recursos escassos da comunidade não pode ser determinado independentemente da acessibilidade a eles nem independentemente do seu custo.² Uma acessibilidade mais fácil aos recursos ou a disponibilidade de maior número deles a um preço menor ampliam o poder de comando do indivíduo sobre esses recursos.

A definição de renda real proposta pode ser tomada como uma hipótese de trabalho, posto que parte de um conceito de renda suficientemente amplo para captar aspectos redistributivos do crescimento das cidades, que passariam despercebidos na análise convencional.

Vetter chamou a atenção para o fato de que a renda real, no Grande Rio, estaria ainda mais desigualmente distribuída do que a renda monetária.³ Com este trabalho, pretende-se complementar e apontar os mecanismos que contribuem para redistribuir a renda real na Cidade do Rio de Janeiro, sem contudo oferecer um novo índice de distribuição da renda. Acreditamos, porém, que com a

¹ Ver R. M. Titmuss, *Income Distribution and Social Change* (Londres: G. Allen and Unwin Ltd.), pp. 33-34, que endossa o *Memorandum of Dissent*, subscrito entre outros pelo então Mr. Kaldor, referente à definição de renda pessoal alcançada pela Royal Commission on Taxation, em 1955.

² D. Harvey, *Social Justice and the City* (Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1973), pp. 53-54.

³ D. Vetter, “La Distribución del Ingreso Monetario y Real en el Sistema Metropolitano del Gran Río”, in *Eure*, vol. 4, n.º 12 (dezembro de 1975), pp. 53-70.

organização da informação disponível, de acordo com as categorias de análise da teoria econômica, este trabalho contribui para permitir uma avaliação crítica da distribuição da renda real na Cidade do Rio de Janeiro.

1.1 — Desenvolvimento da argumentação

Este trabalho é composto de mais quatro seções. Na Seção 2 são apresentadas as hipóteses que serviram de norma para o levantamento e análise dos dados empíricos. Baseia-se ela principalmente no trabalho de Harvey, já citado. Na Seção 3 é feita uma descrição sumária da geografia da Cidade do Rio de Janeiro, com o propósito de fornecer um quadro da distribuição espacial do leque de oportunidades aberto à população. Na Seção 4 é analisada a distribuição espacial da população e da renda monetária, relacionando-as com a distribuição espacial de alguns serviços urbanos básicos. Esta análise é posteriormente integrada naquela referente à distribuição das oportunidades de produção e consumo, o que encerra a seção, assim como também a análise da mudança na estrutura dos valores relativos dos imóveis urbanos como mecanismo de redistribuição da renda real. Por último, na Seção 5 é feito um resumo da argumentação e são apresentadas as conclusões mais relevantes.

2 — As hipóteses de trabalho

2.1 — Introdução

Nesta seção é exposta a linha de argumentação sugerida por Harvey,⁴ o qual endossa a proposição de Titmuss⁵ chamando de “renda real” o poder de comando sobre os recursos da comunidade, aceção esta que será a utilizada no restante deste trabalho.

⁴ Harvey, *op. cit.*, especialmente no Cap. 2.

⁵ Titmuss, *op. cit.*

Nas páginas seguintes discutem-se os fatores que parecem ser os principais responsáveis pela distribuição da renda real no contexto urbano: a) externalidades; b) diferenciais de acessibilidade; e c) diferenças na capacidade de as famílias adaptarem-se à mudança. Após uma concituação sucinta desses três fatores, realizamos uma descrição dos principais mecanismos da dinâmica urbana através dos quais a redistribuição da renda real é concretizada. São eles: a) alterações no leque de oportunidades de produção e consumo; b) mudanças na distribuição espacial dos custos de acesso; e c) alterações nos valores dos bens imobiliários.

2.2 — Fatores de distribuição da renda real

Os três fatores citados acima não são independentes entre si; entretanto, para clareza de análise, consideraremos cada um deles isoladamente. Contudo, a importância de sua interação deverá ficar evidente até o final da seção.

2.2.1 — Externalidades

Apesar de bastante conhecido na teoria econômica, resumimos a seguir o conceito de externalidades, considerando, ainda, a sua relevância para a presente análise.

Por externalidades se entendem os efeitos que incidem sobre terceiros, quando provocados por unidades produtoras ou consumidoras que não absorvem todas as conseqüências da sua atividade. Esses efeitos podem ser positivos — como os provocados por bairros arborizados — ou negativos — como os criados para a vizinhança pelo tráfego denso. No primeiro caso, dificilmente as famílias conseguiriam onerar os transeuntes de modo a recuperar o investimento feito nos seus jardins. No segundo, as externalidades negativas provocadas pelo tráfego, sob a forma de poluição sonora e do ar, poderiam ser apenas atenuadas, onerando os proprietários dos veículos e impondo-lhes a obrigatoriedade do uso de isolamento acústico e filtros no escapamento.

As externalidades são particularmente importantes no âmbito urbano. Um dos aspectos característicos das cidades é a aglomeração,

que tem como uma de suas causas a procura, pelas pessoas, dos benefícios das externalidades positivas. Quanto mais importantes forem as externalidades, vale dizer, as conseqüências de atividades não refletidas no sistema de preços, menos perfeitamente poderá o mercado preencher sua função de mecanismo alocador. A imperfeição do mercado — no caso, devida às externalidades — não se limita apenas ao plano da alocação de recursos, mas se manifesta também sob o ponto de vista da distribuição interpessoal dos custos e benefícios gerados pelas externalidades. Com relação ao último ponto, o exemplo do mercado de imóveis é significativo, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

2.2.2 — Diferenciais de acessibilidade

As distâncias que separam os locais de residência da população dos de produção e consumo podem ser vistas como elementos de atrito ou desutilidade, visto que na sua superação as famílias incorrem em custos, dos quais um dos mais significativos é o tempo. Assim, a estrutura de distâncias entre os locais de residência e os de produção e consumo impõe às famílias diferenciais de acessibilidade que se traduzem numa distribuição de custos e, portanto, de renda real.

A capacidade de as famílias superarem a restrição de acessibilidade não depende apenas do seu aparelhamento técnico, mas também da sua capacidade de adaptação à mudança, o que nos leva para o terceiro fator, que condiciona o processo de redistribuição da renda real.

2.2.3 — Diferenças na capacidade de as famílias adaptarem-se à mudança

O crescimento das cidades exerce pressões para mudanças, sendo uma das mais evidentes a relacionada com a estrutura de uso do solo urbano, a qual implica alterações no leque de oportunidades aberto às famílias, que podem configurar, neste caso, a abertura de novas áreas residenciais ou caracterizar a obsolescência de outras, afetando pessoas com diferentes capacidades de adaptação a estas mudanças. As diferenças podem ser de ordem material ou cultural.

Entre as de ordem material, pode-se mencionar a distribuição desigual dos recursos técnicos, como o automóvel, para tirar vantagem de novos túneis ou viadutos. A disponibilidade de uma fonte regular de energia elétrica é um fator determinante da capacidade de tirar proveito do barateamento relativo dos artigos eletrodomésticos. Entre as diferenças de ordem cultural, a mais evidente é a educacional, cujo nível afeta a capacidade de as pessoas decodificarem a rede de informações da cidade e, por isto, obterem vantagens ou evitarem as desvantagens das mudanças.

As diferenças culturais produzem também sistemas de valores diferentes,⁶ que por isso levam a uma avaliação dissímil de recursos iguais. Um novo parque, um novo estádio ou uma marina são ponderados diferentemente, não apenas em razão da desigualdade na capacidade técnica de fazer uso de equipamentos públicos, mas também pelas diferenças culturais entre os diferentes estratos sociais. Este ponto, por trazer no seu bojo importantes implicações para uma política redistributiva da renda real, será tratado com maior atenção mais adiante.

O importante destas considerações é que as diferentes plasticidades das estruturas urbanas e dos seus agentes tendem a provocar diferenças na velocidade de adaptação às novas situações, em virtude das quais não seria surpreendente que os mais aptos à mudança tirassem maior vantagem. Como a educação é um dos principais fatores que determinam a versatilidade da adaptação, e as oportunidades educacionais são mais amplas para as famílias de renda mais alta, as considerações vertidas nesta seção apontam para uma componente regressiva na dinâmica da redistribuição da renda real. A esta dirigiremos nossa atenção na subseção seguinte.

2.3 — Introdução à dinâmica da redistribuição

Uma vez conceituados os principais fatores que regem a distribuição da renda real, cabe analisar o papel destes fatores nos processos

⁶ R. G. Oliven, "A Heterogeneidade da Homogeneização: Ou de como nem todos os Habitantes de Porto Alegre São Iguais", in E. A. Blay (ed.), *A Luta pelo Espaço; Textos de Sociologia Urbana* (Petrópolis: Vozes, 1978), p. 89.

que conduzem à sua redistribuição. Consideram-se os três principais processos responsáveis pela redistribuição da renda real como sendo: a) alterações no leque de oportunidades de produção e consumo; b) mudanças na distribuição espacial dos custos de acessibilidade; e c) alterações nos valores dos bens imobiliários.

O tratamento isolado destes mecanismos redistributivos não deve iludir o leitor quanto à questão da sua aparente independência. Entre as diversas relações da interdependência, merecem consideração especial os reflexos que as alterações no leque de oportunidades e os custos de acessibilidade têm sobre o valor dos bens imobiliários. É necessário frisar que estes últimos, em qualquer momento, refletem os demais, porém as imperfeições do mercado imobiliário, notadamente as associadas ao custo das informações, fazem com que a capitalização das externalidades no valor dos bens imóveis seja um processo demorado. Daí, é possível argumentar que, num dado momento qualquer, o valor dos imóveis reflete apenas parcialmente os demais mecanismos redistributivos da renda real. Por esta razão, e para maior clareza, os mecanismos serão discutidos separadamente.

2.3.1 — Alterações no leque de oportunidades de produção e consumo

Como já discutido, a estrutura do uso do solo urbano encontra-se em permanente modificação devido ao crescimento das cidades, o que implica a realocação dos centros de moradia e de consumo e, em menor grau, dos centros de produção, modificando, em última instância, a estrutura de oportunidades aberta às famílias. Este leque refere-se às oportunidades de emprego, educacionais, recreativas, comerciais, de usufruto de bens e serviços públicos e a todas as demais que fazem parte da rede de relações que as famílias mantêm no espaço urbano.

Tradicionalmente, a modificação da estrutura do uso do solo nas cidades tem sido a de uma progressiva descentralização. Isto pode ser visto como resultado natural do crescimento, dado o paulatino envelhecimento do centro das cidades. É importante notar que a descentralização da atividade econômica e a realocação dos centros de moradia implicam modificações na despesa com transportes e

realocação do tempo por parte das famílias, o que altera os custos efetivos dos recursos por elas demandados.

Sugeriu Muth que a oferta de moradias para famílias de baixa renda é inelástica em relação ao preço.⁷ A provisão de moradias populares pelo mercado se daria, em parte, pela conversão dos imóveis existentes, de maneira a permitir a moradia de maior número de pessoas, e, em parte, pelos loteamentos na periferia.

As considerações referentes à elasticidade da oferta de moradias populares explicam a escassez crônica deste tipo de moradia. As referentes à sua produção explicam-lhe a concentração nas regiões menos visadas pelas classes afluentes, notadamente no centro das cidades e, eventualmente, em periferias menos atraentes. Além das razões estritamente econômicas, que perpetuam a escassez de habitações para famílias de baixa renda, dever-se-iam incluir, também, as dificuldades institucionais, tais como zoneamentos e gabaritos que em nada contribuem para a expansão desse tipo de habitação. Como resultado dessa situação, pode-se concluir que as famílias de baixa renda residem em moradias não apenas de má qualidade, mas também relativamente mais caras do que seria de esperar.⁸

Faz-se necessário frisar que o argumento desenvolvido para explicar a carestia relativa das moradias para famílias de baixa renda fundamenta-se principalmente na rigidez relativa da oferta deste tipo de residência. Esta rigidez pode ser tomada como sinônimo de relativa imobilidade na localização de tais moradias. Isto limita as oportunidades de realocação para as famílias de baixa renda, o que constitui uma importante desvantagem face à progressiva descentralização das cidades, visto que esta lhes imporá grandes custos, em termos de privação das oportunidades urbanas ora oferecidas em regiões nas quais estas famílias não encontrariam oportunidades residenciais. A superação do espaço que separa as famílias dos pólos de atração envolve custos, entre os quais um dos principais é o tempo. O estudo das implicações redistributivas da estrutura de custos de acesso é o objetivo da subseção seguinte.

⁷ R. F. Muth, *Cities and Housing* (Chicago: The University of Chicago Press, 1969), pp. 126-127.

⁸ *Ibid.*, pp. 126-130.

2.3.2 — Distribuição espacial dos custos de acesso

2.3.2.1 — *Introdução*

Nesta subsecção é desenvolvido o argumento segundo o qual diferentes estruturas de custos de acesso, desde as diversas localidades, contribuem para configurar o quadro de distribuição da renda real num contexto urbano. Com este propósito, inicialmente chama-se a atenção para a importância do valor do tempo e as alternativas abertas à sua alocação. Posteriormente, apresenta-se um modelo de análise no qual se argumenta quanto às implicações distributivas da acessibilidade.

2.3.2.2 — *O tempo como um dos determinantes dos custos de acesso*

A importância do valor do tempo como orientador da alocação de recursos vem sendo reconhecida progressivamente. Numa tentativa de formalizar sua inclusão na teoria econômica, Becker desenvolveu o conceito de renda plena, que representaria a renda máxima obtível por uma família se esta dedicasse todos os seus recursos, inclusive o tempo, à obtenção de renda monetária.⁹ Evidentemente, pelo menos parte do tempo deveria ser dedicada a funções que, como o sono, a alimentação e até o lazer, viabilizam as atividades produtivas. Porém, seguindo o autor, o tempo “furtado” às atividades produtivas não obedeceria à outra finalidade, nem mesmo à utilidade, que a maximização da renda monetária. Nas palavras do autor:

“Slaves, for example, might be permitted time ‘off’ from work only in so far as that maximized their output, or free persons in poor environments might have to maximize money income simply to survive.”¹⁰

⁹ G. S. Becker, “A Theory of the Allocation of ‘Time’”, in *Economic Journal*, vol. 75, n.º 299 (setembro de 1965), pp. 493-517.

¹⁰ *Ibid.*, p. 498.

O autor citado restringe o valor analítico da sua proposição ao estudo do comportamento das famílias dos países desenvolvidos. Estas seriam capazes de abrir mão do aumento de renda monetária em prol de maior utilidade, ao se dedicarem, por exemplo, a atividades menos bem remuneradas, porém mais aprazíveis. Este comportamento não seria característico das famílias de baixa renda, que, lutando pela sobrevivência, deslocariam para atividades remuneradas o tempo alocado a atividades improdutivas e nele intensivas, como os transportes.

A alocação do tempo, contudo, não está sujeita apenas a uma decisão individual. Embora seja possível argumentar que a capacidade de decidir quanto à alocação do tempo é maior nas famílias mais abastadas, mesmo estas devem decidir, dentro dos limites referidos na sociologia urbana, pelas três espécies de tempo. São elas:

- “1) Le temps libre (le temps de loisirs) ;
- 2) Le temps obligé (le temps du travail) ;
- 3) Le temps contraint (le temps des déplacements, par exemple...).”¹¹

Sem entrar no mérito da classificação (do tempo segundo o seu uso: lazer, trabalho ou o comprometido em deslocamentos, por exemplo), ela, no mínimo, chama a atenção para a estreita margem de que dispõe o cidadão para decidir quanto à alocação do seu tempo. Evidentemente, a estrutura da alocação deverá mudar com o transcurso do tempo e o conseqüente progresso da sua produtividade,¹² embora a evidência empírica aponte para um crescimento relativo do tempo comprometido, principalmente nas grandes cidades.¹³ Talvez o maior responsável pelo crescimento desta modalidade de tempo nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos seja o tempo de transporte, ao menos nas cidades que, tendo crescido aceleradamente, ainda não contam com modernos meios de transporte ou de superação da restrição imposta pelo espaço. Em vista da importância da alocação do tempo disponível, no referente quer à renda plena quer mesmo à renda real, convém fazer uma pausa

¹¹ H. Lefebvre, *Du Rural à l'Urbain* (Paris: Anthropos, 1970), p. 198.

¹² Becker, *op. cit.*, p. 506.

¹³ Lefebvre, *op. cit.*, p. 199.

para analisar, a um nível maior de abstração, as restrições ao trabalho e ao consumo que os habitantes urbanos enfrentam. Isto tem uma conseqüência preponderante na conceituação do custo dos recursos com que se defrontam as famílias.

Inicialmente, poderíamos dividir as atividades das famílias entre as que objetivam a produção e as que objetivam o consumo. As primeiras podem ser englobadas no termo trabalho e as restantes no termo consumo. O desenvolvimento histórico da maneira de produzir tem determinado que a característica social do trabalho retire do indivíduo boa parte da sua liberdade de escolha quanto à localização onde realizará sua tarefa. Já as atividades de consumo, entre as quais pode ser incluído o lazer, realizam-se mediante a apropriação de bens classificáveis em móveis e imóveis, sendo estes últimos os bens que necessariamente devem ser consumidos no lugar onde são produzidos ou na sua proximidade imediata.¹⁴

A um alto nível de abstração, pode-se convencionar que a escolha da localização residencial ocorre fundamentalmente em função da distribuição dos pólos imóveis de atração (isto é, emprego) e de repulsão (isto é, poluição). A importância da proximidade dos pólos de atração depende da maior ou menor regularidade da sua utilização. Por exemplo, via de regra, o acesso ao emprego ou ao supermercado pesa mais na decisão localizacional das famílias do que a proximidade dos estádios de futebol.

Se admitirmos que as pessoas considerem um incômodo o tempo gasto em deslocamentos no espaço urbano, dois fatores, então, são necessários à compreensão da relevância da acessibilidade, ou da sua contrapartida, a proximidade: a) a imobilidade espacial da oferta de empregos e produtos alternativos; e b) a maior ou menor regularidade do acesso aos locais de trabalho e consumo. São estes os fatores que impõem a proximidade da residência aos centros de trabalho e de oferta de bens imóveis. Historicamente, o esforço do homem para se libertar da restrição da proximidade foi conduzido

¹⁴ P. Aydalot, "Croissance Urbaine. Justice Sociale et Pauvrete", in *Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento* (Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, dezembro de 1978), p. 9, mimeo.

em três frentes: a) a mobilização dos bens imóveis; b) a neutralização das necessidades rotineiras; e c) a diminuição do tempo (de percurso) envolvido na superação do espaço.

No esforço pela mobilização dos bens imóveis, pode-se incluir a água encanada e as técnicas de transmissão ou reprodução da imagem e do som, cujos exemplos mais conhecidos são o rádio, a televisão e a vitrola. Entre as técnicas desenvolvidas para reduzir a dependência das necessidades rotineiras merecem ser citados os processos de esfriamento, popularizados nas geladeiras, ou as técnicas de embalagem, como o ensacamento em plásticos ou assemelhados. Os veículos de qualquer gênero, as vias rodoviárias e o telefone constituem exemplos evidentes do esforço investido na redução do tempo envolvido na superação do espaço. A descentralização das atividades urbanas pode ser vista também como uma tentativa de reduzir as distâncias de interação.

Da discussão acima fica clara a importância da superação das restrições espaciais para a redistribuição da renda real. Os indivíduos mais aptos a superar tais restrições terão, *ceteris paribus*, maior poder de comando sobre os recursos da comunidade do que os menos aptos. Uma vez que tal aptidão não é independente dos centros de residência, consumo e produção dos quais o indivíduo se utiliza, fica também claro que a dinâmica da redistribuição no espaço urbano é condicionada pela configuração da distribuição inicial. Os indivíduos que partem de uma situação de vantagem relativa da renda real estarão mais aptos, relativamente, a obter subseqüentes aumentos da mesma.

2.3.3 — Alterações no valor do patrimônio

Interessa analisar nesta subseção os efeitos redistributivos alcançados através de mudanças no valor do patrimônio das famílias, o qual pode adquirir uma estrutura complexa naquelas mais abastadas ou pode reduzir-se, na melhor das hipóteses, ao capital humano das de renda mais baixa. De todas as formas de patrimônio possíveis, interessam a este trabalho apenas aquelas associadas à propriedade de ativos imobiliários urbanos, não apenas por serem estas uma das

maneiras mais usuais de constituir um patrimônio, mas por serem inerentes à forma do espaço urbano.

Moradia, ou mesmo lotes, podem ser considerados como um pacote desagregável em diversos componentes, muitos dentre eles sujeitos a refletirem alterações externas ao próprio ativo.¹⁵ Entre estas podem ser mencionadas qualidades como acessibilidade, vizinhança, as diversas formas de poluição, enfim, qualidades que, ao mudarem, descaracterizam o ativo, eventualmente alterando-lhe o valor.¹⁶

Dos exemplos mencionados, alguns já foram citados na seção anterior, ao ser comentado o preço dos recursos disponíveis às famílias, dada a sua localização. Fez-se também alusão ao tipo de sensibilidade do mercado imobiliário a mudanças de parâmetros, como a acessibilidade: a maior acessibilidade, via de regra, seria capitalizada no valor do imóvel, ainda que não instantaneamente. Os efeitos da vizinhança sobre o valor de um imóvel, porém, ainda não foram considerados. Por vizinhança, podem ser entendidas as características sócio-culturais de moradores próximos, bem como a qualidade e destino dado aos imóveis vizinhos e a longa lista de atributos dos bairros que os caracterizam, de tal maneira que uns dão *status* enquanto que outros *estigmatizam*. Na medida em que alterações na vizinhança impõem custos ou benefícios aos proprietários dos imóveis, já não se pode dizer que a utilidade derivada de uma escolha localizacional seja independente da realizada por terceiros.¹⁷ Nestas condições, do mecanismo de mercado não resultariam preços com suficiente informação, de forma a conduzir a um ótimo paretiano. Davis e Whinston argumentam que a independência das utilidades pode ser alcançada através da ação coletiva.¹⁸ Grupos

¹⁵ K. Bradbury *et alii*, "Simultaneous Estimation of the Supply and Demand for Housing Location in a Multizonal Metropolitan Area", in G. K. Ingram (ed.), *Residential Location and Urban Housing Markets* (Cambridge, Mass.: NBER, 1977), pp. 43-56.

¹⁶ Muth, *op. cit.*, pp. 118 e 119.

¹⁷ K. Stahl e P. Varaiya, "Economics of Information, Examples in Location and Land-Use Theory", in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 8 (1978), pp. 43-56, particularmente p. 55.

¹⁸ O. A. Davis e A. Whinston, "The Economics of Complex Systems: The Case of Municipal Zoning", in *Kyklos*, vol. 27 (1964), pp. 419-446.

de famílias ou proprietários poderiam organizar-se, escolhendo localizações tais que implicassem a diluição das externalidades indesejadas. Outra alternativa seria as pessoas se organizarem, escolhendo uma mesma localidade, mas se comprometendo a não exercer atividades capazes de provocar externalidades negativas sobre os membros do grupo. A homogeneidade destes grupos, ao menos no referente à sua atitude quanto à propriedade, garantiria a eficácia da ação coletiva. O resultado desta proposição seria a compartimentalização da cidade em setores que compartilhariam suas externalidades positivas sem por isso deixar de criar externalidades, até mesmo positivas, para outros.¹⁹ O zoneamento das cidades seria, então, justificável sob este prisma. O senão radica em que, como foi apontado acima, as atividades de grupos homogêneos podem gerar externalidades sobre os demais, a menos que o zoneamento seja realizado de tal maneira que as externalidades se diluam, digamos, no espaço desocupado deixado entre duas zonas homogêneas. Esta não parece ser a alternativa mais econômica para neutralizar externalidades e seria viável fundamentalmente se os acidentes naturais de uma cidade, como lagoas e montanhas, contribuíssem para o zoneamento. O que normalmente ocorre, porém, é que duas ou mais zonas administrativas contíguas sofrem ou se beneficiam das externalidades geradas pelas outras.

A comparação de preços de serviços de moradia perde importância numa análise dinâmica da redistribuição da renda real associada à própria compartimentalização da cidade.²⁰ Esta redistribuição se deve em parte à dificuldade de neutralizar as externalidades via zoneamento. O próprio zoneamento, por sua vez, não garante o consenso intrazonal, e é tanto mais provável que ocorram efeitos redistributivos intrazonais quanto maior seja o desequilíbrio na distribuição do poder econômico e político dentro das zonas. Por outro lado, a ocupação do solo não é instantânea, mas seqüencial. Mesmo admitindo a inexistência de fluxos imigratórios, não se poderia confiar nos mecanismos de socialização das zonas, ao ponto de homogeneizá-las quanto a hábitos e gostos. Certamente ao longo do tem-

¹⁹ Harvey, *op. cit.*, p. 66.

²⁰ Muth, *op. cit.*, p. 313.

po deverão ocorrer barganhas para se obter a aquiescência dos recém-incorporados.

Nestas considerações, é preciso manter presente que a análise do processo de localização residencial deve levar em conta a correlação de forças dos grupos que partilham do uso do solo urbano. Uma vez localizados tais grupos, seria ingênuo esperar que a contenda tenha chegado ao fim. Não apenas ainda restaria resolver as desavenças intrazonais que surgiriam com o transcurso do tempo e a conseqüente mudança de hábitos, gostos e costumes, como também haveria que solucionar o problema maior que é a alocação do excedente social público. Seria ilógico supor que os econômica e politicamente poderosos renunciariam à utilização de seus meios de pressão para obter vantagens na distribuição dos bens e serviços públicos, tais como saneamento, água, luz e melhores acessos. Estas vantagens viriam somar-se às que, naturalmente, o funcionamento do sistema lhes ofertaria na forma de um maior leque de oportunidades recreacionais, de transportes e comunicações e de infra-estrutura comercial.

Ambos os tipos de vantagens, que acabariam sendo capitalizados no valor dos ativos imobiliários, constituem formas de redistribuição da renda real, cuja aparente naturalidade envolve considerações éticas que não podem passar despercebidas.

3 — O marco geográfico e sócio-econômico da Cidade do Rio de Janeiro

As características naturais da cidade contribuem para determinar uma compartimentalização ambiental com importantes reflexos na qualidade de vida disponível à população, ao menos em termos de clima e áreas de recreação. Por isto convém analisar, mesmo que sumariamente, a estrutura geográfica da cidade para compreender a distribuição espacial dos assentamentos populacionais em termos de níveis de renda. As considerações teóricas da seção anterior, referentes à localização residencial e à distribuição dos serviços públicos e privados, contribuem para elucidar não apenas o padrão da distribuição geográfica da população, mas também a subsequente

distribuição de serviços públicos e privados, que reforçam o padrão locacional da população.

3.1 — O marco geográfico da Cidade do Rio de Janeiro

3.1.1 — A topografia

A topografia do Rio de Janeiro é um dos principais condicionantes da sua fisionomia, determinando até hoje a fragmentação do seu tecido urbano e a direção dos seus vetores de expansão. Três maciços, o da Tijuca, o da Pedra Branca e o do Gericinó, este último já mais afastado, compõem a parte preponderante do relevo carioca, constituindo os dispersores de águas da rede hidrográfica da região. Intercaladas entre os maciços, há três baixadas, a da Guanabara, a de Jacarepaguá e a de Sepetiba. Nelas se encontram os maiores trechos dos rios, caracterizáveis como planícies e responsáveis pelo alagamento de 11,6% da área da cidade. A título de ilustração, a Baixada da Guanabara, hoje o principal assentamento populacional, só viu consolidada sua ocupação após a drenagem da região, a partir da década de 30.²¹

3.1.2 — O clima

O relevo da cidade ainda é o principal responsável pela existência de microclimas na área, situada em zona tropical, os quais consistem basicamente em diferenças sistemáticas quanto à temperatura, pluviosidade e ventos. Na chamada Zona Sul da cidade, localizada entre o Maciço da Tijuca e a orla marítima, os ventos polares e a brisa do mar garantem a ventilação e um clima ameno. Nesta zona, a pluviosidade é maior junto às encostas do maciço, o que tem permitido a formação de uma frondosa mata tropical que protege as encostas, mesmo que parcialmente, contra a erosão. A própria presença do Maciço da Tijuca, responsável pela pluviosidade nas suas

²¹ Ver *I Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Estado do Rio de Janeiro (PLANRIO)* (Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado, 1975), p. 45.

encostas meridionais, priva a Zona Norte das brisas frescas do mar, gerando um microclima mais quente e seco. Estas características tornam-se nítidas especialmente ao norte da Baixada da Guanabara, onde se registram as temperaturas mais altas do município. Já as Baixadas de Sepetiba e de Jacarepaguá, em virtude de se beneficiarem das brisas marítimas, apresentam um clima mais ameno do que aquele que se manifesta na da Guanabara. A umidade relativa destas é enriquecida, no caso de Jacarepaguá, pela presença de grandes lagoas.

A localização das Ilhas do Governador e de Paqueta, no fundo da Baía da Guanabara, reserva-lhes um microclima dos mais quentes e secos da região.²²

3.2 — As áreas homogêneas

A Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro realizou, para fins de planejamento, uma compartimentalização da cidade em 11 áreas homogêneas com base em fatores naturais, como os topográficos, e não-naturais, como os sistemas viários e características sócio-econômicas da população. A importância deste marco de referência natural e o zoneamento urbano a ele associado não devem ser desprezados, pois permeiam o próprio sistema de valores e gostos da comunidade quanto à localização residencial. Estes valores têm tão amplo reconhecimento que hoje fazem parte dos códigos e da simbologia local, a tal ponto que o esquema de classificação dos anúncios imobiliários dos jornais cariocas constitui um fiel reflexo desta hierarquia.

Na Tabela 1, pode-se apreciar a preocupação da população carioca em relação a problemas que exigem uma solução global por parte das autoridades competentes. Os problemas pesquisados são de caráter geral, como redes de transporte, água potável e saneamento. Logo, não se deve esperar grandes diferenças de opinião pública sobre os mesmos, salvo se originadas em diferenças de percepção. Este ponto parece ser particularmente importante para ava-

²² Ver *Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (PUB-Rio)* (Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1977), p. 45.

TABELA 1
*Posição dos chefes de família cariocas frente ao atendimento de
 algumas necessidades básicas, segundo áreas homogêneas*
 (Em %)

Pergunta: Qual destes problemas estão incomodando as pessoas aqui no seu bairro?	Áreas Homogêneas											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
	Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão	Botafogo, Copaca- bana, Lagoa	Tijuca, Vila Isabel	Raposo, Peshe, Méier, Ingenho Novo, Frajé, Madureira, Archieta	Jacare- paguá	Barra da Tijuca	Bangu	Campo Grande, Santa Cruz	Santa Teresa	Ilha do Gover- nador	Ilha de Paqueta	
1. Falta de esgoto das casas até a rua	3,6	1,6	1,2	7,5	8,4	50,0	6,3	11,8	0,3	10,1	3,5	
2. Falta de esgoto para colher a chuva	32,1	19,5	22,8	23,5	14,9	50,0	15,0	25,7	16,8	25,1	7,0	
3. Falta de policiamento	42,2	49,3	55,0	69,9	44,6	46,5	53,0	40,8	67,5	27,0	29,6	
4. Falta de água encanada nas casas	3,0	1,8	0,2	6,3	2,6	16,3	9,9	17,8	6,0	24,1	9,0	
5. Falta de escolas noturnas	8,0	5,0	2,3	10,1	11,4	23,2	12,6	6,5	9,9	2,8	16,0	
6. Falta de ônibus ou trans- porte coletivo	10,6	7,9	10,9	21,9	29,6	40,5	23,4	13,5	29,4	19,8	29,1	
7. Presença de mosquitos ou outros insetos	32,3	14,9	24,1	49,6	59,9	72,2	49,6	61,0	25,9	37,1	49,2	
8. Outros problemas	4,0	5,7	4,9	1,4	1,9	4,4	0,6	0,3	4,7	1,9	6,0	
9. Nenhum problema	10,5	14,5	14,0	4,1	6,1	1,4	11,4	4,6	4,3	5,3	8,0	
10. Não responderam	2,0	2,1	0,5	0,6	-	0,9	0,6	2,7	3,0	0,4	0,1	

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral; Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

* Este é um subconjunto da lista original dos problemas propostos; a estrutura da distribuição percentual das respostas foi mantida.

liar objetivamente as carências da Área 6 (Barra da Tijuca) em relação às de outras áreas. A Barra da Tijuca é uma região de ocupação recente e com moradores de renda relativamente alta, apesar da insuficiente infra-estrutura urbana da região. É possível que o hábito recente destes moradores com relação ao tipo de carências que experimentam nas suas novas residências os tornem relativamente mais sensíveis às mesmas carências experimentadas por moradores de outras regiões, habituados a conviver com elas.

A menor incidência de carências (ver Tabela 1, resposta “nenhum problema”) é experimentada pelos moradores do núcleo metropolitano (Áreas 1, 2, 3 e 9), principalmente por aqueles das regiões mais abastadas, ou as Áreas Homogêneas 2 e 3. Deixando de lado o problema da segurança pública, que parece ser a preocupação prioritária da população carioca, a falta de transportes coletivos e de saneamento básico (esgotos domésticos e pluviais) constituem os principais problemas globais, preocupando primordialmente os moradores situados fora do núcleo.

Apesar de a análise espacial ter sido realizada a um nível excessivamente agregado, pode-se concluir que o núcleo da cidade se encontra mais bem servido pelos serviços de infra-estrutura urbana que podem ser analisados a este nível de agregação.

Vale acrescentar, contudo, que os diversos centros funcionais existentes na cidade contribuem para atenuar algumas das carências sofridas pelas áreas homogêneas, notadamente no referente às atividades comerciais.

4 — A distribuição da renda real na Cidade do Rio de Janeiro

4.1 — Introdução

Nas páginas seguintes, pretende-se sintetizar o panorama da distribuição da renda real através de alguns indicadores. Entre estes, atenção especial será dada à distribuição do acesso a bens de consumo

coletivo, às oportunidades de lazer e ao trabalho. Por último, será tratado o processo pelo qual as externalidades positivas são apreendidas no valor dos imóveis, beneficiando seus proprietários.

4.2 — A distribuição do leque de oportunidades aberto à população da Cidade do Rio de Janeiro

4.2.1 — A distribuição de alguns serviços urbanos providos coletivamente

A distribuição da densidade demográfica líquida na cidade é desigual, alcançando seu pico na RA de Copacabana, com quase 49.000 hab./km², cifra 26 vezes maior que a correspondente à de menor densidade líquida, a RA da Barra da Tijuca. Entre as primeiras sete RA, em ordem decrescente de densidade demográfica líquida, apenas uma — Engenho Novo — não pertence ao núcleo da cidade. As RA Portuária, Centro e São Cristóvão integram o núcleo, porém não constam entre as mais densamente povoadas, visto que a atividade residencial não é sua principal característica, e apresentam os menores índices do município em termos de prédios reservados para essa finalidade. Verifica-se que o maior adensamento se dá nas áreas cujos moradores acusam menor índice de problemas (Tabela 1, linha 9), salvo os decorrentes do próprio adensamento, como lixo, poluição, trânsito e tensão urbana (Tabela 2). Os problemas decorrentes do adensamento tendem a perder importância ao nos deslocarmos em direção a regiões menos densamente povoadas. Ao contrário, o índice global de problemas apontados reflete aumento da preocupação com a falta de bens e serviços, mais abundantemente providos nas regiões de maior densidade demográfica, quer pelo Governo, na forma de calçamento, policiamento, telefones públicos, drenagem e saneamento, quer pela iniciativa privada, na forma de comércio e recreação.

Em vista da estreita relação apontada entre a densidade demográfica e a provisão de serviços públicos e privados, convém descrever o caráter da relação entre densidade demográfica e nível de renda das famílias. A correlação de ordem (Spearman) entre den-

TABELA 2
*Posição dos chefes de família cariocas frente ao atendimento de
 algumas necessidades básicas, segundo áreas homogêneas*
 (Em %)

		Áreas Homogêneas										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A)	Problemas do bairro apontados espontaneamente	Portuária, Centro	Bota-fogo, Copacabana, Lagoa	Tijuca, Vila Isabel	Ramos, Penha, Méier, Engenho Novo, Irajá, Madureira, Archieta	Jacarepaguá	Barra da Tijuca	Ranque	Campo Grande, Santa Cruz	Santa Teresa	Ilha do Governador	Ilha de Paqueta
B)	Problemas apontados de uma lista de problemas sugeridos	Portuária, Centro	Bota-fogo, Copacabana, Lagoa	Tijuca, Vila Isabel	Ramos, Penha, Méier, Engenho Novo, Irajá, Madureira, Archieta	Jacarepaguá	Barra da Tijuca	Ranque	Campo Grande, Santa Cruz	Santa Teresa	Ilha do Governador	Ilha de Paqueta
Tensão urbana		3,4	10,0	6,8	1,3	10,0	0,5	1,5	0,4	5,2	2,4	0,5
Poluição		9,4	5,5	2,9	1,7	1,0	0,5	0,3	2,1	3,5	3,4	12,1
Trânsito		4,3	11,0	8,6	3,3	7,3	4,5	3,0	6,2	3,9	2,4	0,5
Lixo		15,1	25,1	18,4	12,6	17,6	21,8	9,3	5,2	19,1	13,5	8,6
Parques e Jardins		34,8	22,1	18,4	47,3	43,0	33,2	28,9	34,3	39,0	13,0	11,6
Comércio		37,4	11,1	20,5	46,2	21,8	36,1	32,8	27,3	58,7	20,8	42,7
Telefones públicos		26,8	13,3	13,3	40,2	28,7	15,8	33,4	44,2	36,4	11,6	17,6
Calçamento		8,1	7,3	9,1	16,7	19,9	40,1	16,9	27,3	22,5	5,8	10,1
Base		813	804	385	1.918	307	202	332	516	231	207	199

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral; Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

cidade demográfica e renda familiar mensal alcança o valor de 0,942 ao excluir-se do cômputo a Ilha de Paquetá e a Barra da Tijuca. A exclusão da primeira justifica-se em vista da peculiaridade que lhe confere o fato de ser uma ilha não ligada ao continente por vias de transporte terrestre. A exclusão da Barra da Tijuca é justificada com base em que: a) os incômodos sofridos pelos moradores são atípicos das famílias de renda alta; e b) a região apresenta o segundo mais alto índice de moradores proprietários da cidade.

Isto nos induz a acreditar que os moradores da Barra da Tijuca não demandam apenas serviços de moradia, mas que na procura da região haveria um forte componente de demanda de investimento. Este argumento deveria sugerir sua exclusão quando o objetivo fosse o de analisar o papel dos serviços efetivamente prestados pelas localidades na determinação da escolha de localização residencial. A correlação alcançada, 0,942, permite que se rejeite, ao nível de significância de 0,01, a hipótese de que não exista correlação entre densidade demográfica e renda dos habitantes.²³ Na realidade, teríamos aqui uma situação inversa à verificada nas cidades norte-americanas:²⁴ no Rio de Janeiro as famílias mais abastadas tendem a morar no núcleo da cidade, enquanto que as de rendas mais baixas tendem a se localizar na periferia.

O quadro da evolução dos problemas, com o aumento da distância até o centro, evidencia uma distribuição heterogênea das oportunidades urbanas. Estas se concentram no núcleo e arredores, declinando em direção à periferia, tendência que é parcialmente compensada pela existência de subcentros funcionais que vêm suprir, ao menos, a “falta de comércio” acusada em diversas regiões. Isto pode ser melhor apreciado na Tabela 3, onde podem ser destacadas as regiões que oferecem uma diversificação comercial tal que permite a realização até mesmo de “compras maiores”. As regiões em que as famílias declararam fazer todas as suas compras fora do bairro

²³ A correlação alcançada, sem quaisquer exclusões, é de 0,360, significativa ao nível de 5%, enquanto que a exclusão apenas da RA da Ilha de Paquetá eleva o coeficiente de correlação de ordem a 0,560, significativo a 1%.

²⁴ W. Alonso, *Location and Land Use* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1965), p. 126, e Muth, *op. cit.*, p. 192.

TABELA 3
Atratividade da região como centro de compras, segundo região de residência

(Em %)

Região Administrativa	Quando as Famílias Precisam Fazer Certas Compras Maiores Elas Compram		
	Tudo no Bairro	Algumas Coisas Fora do Bairro	Tudo Fora do Bairro
Portuária	8,3	12,4	79,3
Centro	96,0	0,5	3,5
Rio Comprido	18,1	20,6	61,3
Botafogo	25,1	25,8	49,1
Copacabana	81,03	12,1	6,9
Lagoa	33,8	27,6	38,6
São Cristóvão	19,4	24,8	55,8
Tijuca	55,3	13,8	30,8
Vila Isabel	14,9	14,9	70,3
Ramos	46,5	23,9	29,6
Penha	28,6	7,9	63,5
Méier	22,0	5,1	72,9
Engenho Novo	24,0	15,4	60,6
Irajá	24,7	9,1	66,1
Madureira	20,1	7,8	72,1
Jacarepaguá	15,4	10,5	74,1
Bangu	44,3	16,0	39,8
Campo Grande	79,4	2,3	18,3
Santa Cruz	21,7	4,7	73,6
Ilha do Governador	10,7	6,8	82,5
Ilha de Paquetá	23,6	14,1	62,3
Anchieta	2,1	73,6	22,8
Santa Teresa	14,47	14,9	70,6
Barra da Tijuca	21,2	8,1	70,7

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral; Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

coincidem com as mais intensas manifestações de preocupação quanto à falta de comércio (Tabela 2), salvo casos como o da RA de Anchieta, que apresenta um dos menores índices de compras maiores fora do bairro, apesar de 74% das famílias consultadas terem se referido à “falta de comércio”. Estes resultados denotam a baixa eficácia da avaliação de carências por meio de questionários, visto que a capacidade de percepção dos problemas não é constante na área considerada.²⁵ Em termos mais gerais, é possível que um grupo de habitantes se ache tão constrangido em relação a algumas necessidades, como trabalho e transporte, que relegue ao segundo plano considerações referentes a necessidades também básicas, porém menos constrangedoras, como ambientes higiênicos e oportunidades de lazer, cuja falta, por exemplo, não parece preocupar as populações periféricas mais carentes destas alternativas, como se mostrará adiante.

4.2.2 — A distribuição das oportunidades de lazer

Cumprir observar, de início, que a maior acessibilidade aos centros imóveis de lazer implica a possibilidade de maior poder de comando — de uso — sobre eles. Maior acessibilidade não implica necessariamente proximidade, mas possibilidade de transpor a distância com facilidade. Daí, da distribuição dos meios de transporte utilizados para chegar aos centros de lazer pode-se inferir a intensidade com que estes se configuram como oportunidades efetivas.

4.2.2.1 — A distribuição do acesso às praias

Vale salientar que a praia, um bem imóvel, constitui uma alternativa de lazer mais característica dos que residem na orla marítima da cidade, não sendo o caso, portanto, de moradores como os de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Madureira e Anchieta, que apresentam os mais baixos índices de freqüência. Outros, como os moradores da Tijuca e Vila Isabel (Área 3, portanto, do núcleo),

²⁵ No caso mencionado, o fato de que “as compras maiores” dos moradores de Anchieta sejam realizadas na própria RA só pode ser atribuível a que, por “compras maiores”, os moradores de Anchieta pretendam muito menos do que os moradores de Copacabana, por exemplo.

também não residem na orla marítima, mas seu nível de renda monetária lhes permite superar com maior comodidade o espaço que os separa das praias. Entre 60 e 70% dos seus moradores que freqüentam as praias, para elas se dirigem em carro próprio. Já para os moradores de Rio Comprido e São Cristóvão (Área 1, do núcleo) o esforço é maior, visto que 68% dos seus freqüentadores recorrem a transporte coletivo.

A praia constitui uma alternativa efetiva de lazer mais fácil para os moradores de Copacabana, Lagoa e Barra da Tijuca, que não apenas acusam os mais altos índices de freqüência, como o fazem com menor esforço, visto que podem ir a pé. Caminhando também vão à praia os moradores das Ilhas do Governador e de Paquetá, embora a locais menos atraentes, pelo menos do ponto de vista da higiene das águas.²⁶ Já os freqüentadores que moram na RA de Botafogo, distando da praia mais próxima tanto quanto os moradores de Copacabana, não vão a ela a pé, preferindo a de Copacabana, menos poluída (Tabela 4).

Os moradores dos subúrbios da cidade se vêem obrigados a percorrer longas distâncias e a recorrer a meios de transporte mais extenuantes, a menos que se contentem com praias de qualidade inferior do que as freqüentadas pelos moradores da Zona Sul ou os motorizados da Zona Norte. Nestas circunstâncias, não deveria surpreender que 49% dos cariocas de renda baixa tenham desistido de ir à praia, uma alternativa de lazer usufruída por 81% dos cariocas abastados, 38% dos quais a ela chegam a pé (Tabela 5).

4.2.2.2 — *A distribuição do acesso aos cinemas*

Um estudo exaustivo do processo decisório que determina a localização dos cinemas não resultaria muito mais esclarecedor do que os argumentos referentes à densidade demográfica e externalidades, já vertidos neste trabalho. Dessas considerações deduzia-se que os cinemas deveriam localizar-se na proximidade de áreas densamente

²⁶ A este respeito, interessa ver "Esgoto Ameaça Fazer da Baía da Guanabara um Pântano", in *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 13-02-78), ou, ainda, "Ramos, uma das Praias Mais Poluídas do Mundo", in *O Globo* (Rio de Janeiro, 20-08-78).

TABELA 4

Meio de transporte utilizado para ir à praia, segundo região de moradia

(Em %)

Região Administrativa	Vão à Praia	Carro Próprio	Transporte Coletivo	A Pé	Outros
Portuária	61,8	21,3	78,7	0,8	9,0
Centro	73,0	21,5	67,4	12,5	14,6
Rio Comprido	67,0	34,1	68,8	—	4,4
Botafogo	77,2	47,0	47,0	11,7	1,9
Copacabana	80,0	11,7	4,3	87,9	—
Lagoa	83,7	12,0	1,6	91,2	1,6
São Cristóvão	69,2	29,4	68,5	—	9,1
Tijuca	67,2	60,3	42,1	—	5,6
Vila Isabel	68,9	68,4	27,8	0,6	6,0
Ramos	71,0	46,6	60,3	1,2	1,2
Penha	52,6	37,9	63,4	—	6,2
Méier	58,2	50,2	51,5	0,8	2,5
Engenho Novo	63,4	50,7	52,8	—	2,1
Irajá	62,3	42,2	62,2	0,5	0,5
Madureira	52,9	41,1	62,6	—	2,8
Jacarepaguá	67,4	48,3	50,3	0,5	5,5
Bangu	65,1	30,4	71,5	—	1,4
Campo Grande	48,2	37,5	37,5	—	2,8
Santa Cruz	51,2	15,7	15,7	38,0	1,9
Ilha do Governador	73,4	28,7	28,7	56,7	—
Ilha de Paquetá	81,9	2,6	2,6	90,5	11,5
Anchieta	62,1	47,3	47,3	—	1,4
Santa Teresa	66,2	42,8	42,8	30,2	2,6
Barra da Tijuca	84,7	7,4	7,4	92,6	0,6

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral; Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

povoadas ou de fácil acesso, de maneira a aproveitar as externalidades disso decorrentes. A distribuição geográfica dos cinemas acompanha a distribuição dos centros funcionais da cidade, a acessibilidade aos quais já tivemos oportunidade de estudar por ocasião do exame do acesso às oportunidades de comércio. Em se tratando de cinemas, localizados nas proximidades do comércio, a distribuição do acesso não poderia seguir, nem segue, um padrão muito diferente. Interessa, contudo, salientar que o padrão de facilidade de acesso às praias repete-se no caso do acesso aos cinemas. Salvo no caso do Centro, que não tem praia mas mantém a liderança na oferta de cinemas, e no da Barra da Tijuca, que não tem cinemas, as regiões

TABELA 5

Meio de acesso à praia

(Em %)

Meio de Condução	Renda Familiar			Total Rio de Janeiro
	Baixa	Média Baixa	Média Alta	
Carro Próprio	18,9	41,0	51,8	39,2
Transporte Coletivo	76,7	52,4	27,3	47,6
A Pé	7,2	9,8	24,5	16,6
Outros	3,7	3,0	3,7	3,0
Não Costumam Ir	49,1	30,9	22,6	34,5

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral; Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

com melhor acesso às praias são as mesmas que dispõem do acesso mais fácil (a pé) ou mais cômodo (carro próprio) aos cinemas. Nestas condições, também não é de surpreender que 64% dos cariocas de renda baixa não freqüentem o cinema, enquanto que 64% dos de renda alta aproveitam esta alternativa de lazer.

4.2.2.3 — *A distribuição do acesso a espetáculos de futebol*

A falta de educação restringiria as alternativas de lazer abertas à população de renda comparativamente mais baixa; a renda insuficiente se encarregaria de privá-las de outras oportunidades. Apenas 22% das famílias de renda baixa assistem a espetáculos de futebol. O preço dos ingressos e a carência de meios cômodos para transpor distâncias os afastariam dos estádios. A distância dos estádios parece ser um importante elemento dissuasivo a freqüentá-los, visto que, enquanto 19% dos freqüentadores de renda baixa vão a pé ao cinema, apenas 8% dos da mesma classe de renda caminham até o estádio. Já 43% das famílias de renda alta assistem a jogos de futebol e 68% o fazem em carro próprio (Tabela 6).

4.2.2.4 — *A distribuição do acesso à televisão*

Vistas as restrições ao deslocamento com que se defrontam as famílias de renda mais baixa, não seria errôneo concluir que as suas prin-

TABELA 6

Meio de acesso ao jogo de futebol

(Em %)

Meio de Condução	Renda Familiar				Total Rio de Janeiro
	Baixa	Média Baixa	Média	Alta	
Carro Próprio	17,8	31,2	55,1	67,8	39,0
Transporte Coletivo	76,0	65,0	37,3	23,0	55,4
A Pé	7,7	7,0	5,1	10,5	7,2
Outros	3,8	4,3	7,6	3,9	4,7
Não Costumam Ir	78,1	67,8	61,4	57,3	70,6

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral; Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

cipais formas de lazer devem desenvolver-se nas imediações das suas moradias ou mesmo dentro delas. Quanto às imediações, a escassez de áreas abertas nos arrabaldes limita as alternativas de lazer ao ar livre a atividades que lhes permitam compartilhar o espaço com outras funções, como a de circulação. Um exemplo desta simbiose seria a "pelada de rua", que se joga enquanto o tráfego não impõe sua suspensão. Os clubes de bairro poderiam ser uma alternativa, mas parecem ser poucos, visto que apenas 20% da população carioca são filiados a clubes recreativos e apenas 12% da população de renda baixa desfrutam desse benefício.

A extensa difusão da propriedade de aparelhos de televisão, já em 1970, alcançava um grau comparável ao da geladeira (Tabela 7). Pesquisas mais recentes indicam a popularização da propriedade de aparelhos de TV, posto que há ao menos um aparelho em pelo menos 95% dos lares cariocas pesquisados, sem que seja possível inferir uma diferença importante entre as classes sócio-econômicas.

Dessas considerações, pode-se concluir, a televisão constitui uma alternativa efetiva às famílias de rendas mais baixas, que sofrem de maior dificuldade de acesso a outras formas de lazer. A televisão desempenharia, então, a triste função de compensar a relativa imobilidade espacial das famílias de rendas mais baixas.

TABELA 7

Difusão da propriedade de geladeiras e televisores na Cidade do Rio de Janeiro

(Em %)

Região Administrativa	Domicílios Particulares Permanentes com Geladeira	Domicílios Particulares Permanentes com Televisor
Portuária	66,12	61,52
Centro	74,94	68,26
Rio Comprido	72,87	68,20
Botafogo	86,90	82,22
Copacabana	93,49	88,58
Lagoa	80,25	76,44
São Cristóvão	72,36	67,55
Tijuca	85,23	81,74
Vila Isabel	88,56	85,27
Ramos	71,24	67,52
Penha	71,85	68,15
Méier	76,34	72,92
Engenho Novo	83,54	79,22
Irajá	76,61	73,10
Madureira	78,17	74,29
Jacarepaguá	63,86	58,73
Bangu	65,20	60,18
Campo Grande	54,19	44,35
Santa Cruz	47,37	40,28
Ilha do Governador	75,48	72,69
Ilha de Paqueta	78,96	77,38
Anchieta	66,19	63,01
Santa Teresa	77,65	70,18
Total Área Metropolitana	66,31	61,97

FONTE: IBGE, *Censo Demográfico de 1970* (inclui favelas).

Antes de encerrar esta etapa do trabalho, convém recapitular o que foi exposto. O propósito foi o de mostrar a distribuição das oportunidades urbanas com a finalidade de ilustrar o estado da distribuição da renda real. Inicialmente, apontou-se para a concentração da oferta de serviços públicos na região do núcleo da cidade e o relativo desamparo em que se encontra a população periférica. A seguir, foi tratado o problema da distribuição da atividade comercial, quando também ficou constatada a desvantagem da população periférica. Este panorama retrata também as oportunidades de lazer. Para as pessoas de renda mais baixa, o acesso às oportunidades de lazer gratuito é incômodo, como no caso das praias, ou a própria

oportunidade não chega a se configurar como tal, como no caso das artes, visto o limitado espectro de interesse próprio da sua parca bagagem cultural. Quanto às oportunidades de lazer pagas, umas são caras e distantes, como o futebol, ou simplesmente caras, mesmo que não muito mais próximas, como o cinema. A distância das oportunidades converte-se num dissuasivo ao deslocamento, tendo em vista a carência de meios para transpô-la, como veículos, telefones ou mesmo transporte coletivo. Nesta perspectiva, a grande cidade, que teria condições de promover a vida e as faculdades do indivíduo, transforma-se na prisão da classe pobre. Nela, a liberdade do pobre se reduz a ter que trabalhar e, eventualmente, a mudar os canais de televisão. Este é o meio que encontra para penetrar num mundo ao qual não tem acesso.

4.2.3 — A distribuição do custo dos recursos em termos de tempo

Ao tratar do problema da distribuição do custo dos recursos com o qual se defrontam as famílias ao se instalarem, faz-se necessário distinguir entre custos monetários e custos não-monetários. Ao que parece, a população carioca convive, por exemplo, com diversas estruturas de preços de gêneros alimentícios. Contudo, apesar de algumas diferenças ocorrerem em produtos padronizados vendidos por grandes redes de supermercados, há outras diferenças em produtos sem padronização, como frutas, legumes, peixes ou mesmo cinemas. As diferenças de preços apontadas em primeiro lugar podem ser atribuídas à política de *marketing* dos supermercados, sem que seja possível inferir uma tendência na conseqüência redistributiva, embora, sendo a concorrência mais acirrada, os preços de um modo geral tendam a ser mais baixos na Zona Sul da cidade.²⁷ Quanto às diferenças dos produtos não padronizados, a discussão se

²⁷ Numa pesquisa sobre preços de produtos alimentares padronizados, vendidos por quatro cadeias de supermercados, foi possível evidenciar que duas delas vendiam 25 produtos mais baratos na Zona Sul da cidade contra apenas 14 vendidos a menor preço na Zona Norte. Se for incluído o supermercado Carrefour, mais facilmente alcançado pelos moradores da Zona Sul, estes poderiam adquirir 26 produtos a preços mais baixos contra apenas quatro produtos vendidos a menor preço na Zona Norte. Ver "Consumo", in *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 02-02-79).

tornaria incoseqüente porque as diferenças de preços poderiam ser atribuídas primordialmente a diferenciais na qualidade dos produtos comercializados nas diversas zonas da cidade. Visto que pouco pode ser inferido, em termos de conseqüências redistributivas, das diferenças de preços monetários no espaço urbano, convém concentrar a atenção nos diferenciais dos custos não-monetários.

Um componente importante no custo efetivo (custo monetário e não-monetário) dos recursos é o tempo envolvido no acesso aos mesmos. Maior tempo comprometido em deslocamentos no espaço urbano necessariamente implica o sacrifício de horas de lazer ou de trabalho, reduzindo a renda real das famílias. Nas páginas seguintes, apresentaremos a distribuição do tempo de acesso ao trabalho.

4.2.3.1 — *A distribuição do tempo de acesso ao trabalho*

As estatísticas censitárias mostram que a distribuição do emprego no setor formal da Cidade do Rio de Janeiro concentra-se no núcleo e nos seus arredores, onde vive a população mais abastada.²⁸ As estimativas de acessibilidade ao emprego baseadas em dados censitários tenderiam a subestimar as condições das famílias de renda mais baixa, posto que a proporção dos seus membros que trabalham no setor informal tenderia a ser mais alta. Pesquisas domiciliares sobre emprego contribuiriam para retratar mais adequadamente a distribuição da acessibilidade ao trabalho das diversas famílias. Porém, como a pesquisa domiciliar que originou os dados em que nos baseamos não incluiu na amostra famílias faveladas, deve-se admitir que eles possivelmente subestimem as condições de acessibilidade das famílias de rendas mais baixas, visto que as famílias faveladas tenderiam a morar mais perto dos seus locais de trabalho do que as não faveladas de renda semelhante.

Mais de 75% da população das RA Centro, Rio Comprido, Botafogo e Santa Teresa levam menos de meia hora para chegar ao emprego. Um pouco menos favorecidas são as populações das RA de Copacabana, Lagoa, Tijuca, Vila Isabel e São Cristóvão, nas

²⁸ A. Balceiro, *Utilização de Perfis de Acessibilidade no Planejamento Urbano*, Tese de Mestrado (Rio de Janeiro: COPPE, 1976), p. 94.

quais, no máximo, apenas 40% da população levam mais de meia hora para fazer o mesmo. O panorama se mostra bem menos alentador nos casos das demais RA, chegando à situação extrema em que apenas 27% da população de Santa Cruz e 20% da de Anchieta conseguem chegar a seus empregos no mesmo período. Pode-se verificar ainda que ao menos a metade dos chefes de família de três RA (Santa Cruz, Ilha de Paquetá e Campo Grande) viaja mais de uma hora para chegar a seus empregos.

4.3 — Alterações no valor do patrimônio das famílias: uma introdução à dinâmica da redistribuição da renda real

A análise da distribuição da renda real implica também desvendar os mecanismos da sua redistribuição. Alterações no leque de oportunidades de produção e consumo aberto à população e mudanças na estrutura da distribuição dos custos de acesso constituem apenas alguns veículos de redistribuição. O propósito das próximas páginas é o de apontar evidências referentes ao processo redistributivo, baseado na mudança no valor do patrimônio imobiliário das famílias.

A formação de patrimônio na forma de imóveis é uma tendência longamente enraizada. O fato de que a terra seja um bem não produzido, ou, no caso das terras urbanas, um bem produzido a custos não desprezíveis, por si só seria justificativa suficiente para considerar terrenos como importantes alternativas de reserva de valor, principalmente num contexto inflacionário. Isto, aliás, é o que explicaria o hábito dos bancos de exigirem bens imóveis como garantias de empréstimos.²⁹

A crescente escassez relativa da terra não seria a única razão da expectativa de sua valorização. Esta pode também ser atribuída às externalidades positivas. As externalidades geradas num sistema urbano têm influência localizada no espaço, e é na expectativa de sua internalização pelas unidades imobiliárias circundantes que, em

²⁹ J. Sayad, "Preço da Terra e Mercados Financeiros", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 7, n.º 3 (dezembro de 1977), pp. 623-662, em particular p. 653.

parte, reside a origem da valorização ou desvalorização destas. A formação das expectativas dos tomadores de decisões não é necessariamente instantânea, nem a informação é obtida a custo nulo, de forma tal que a capitalização das externalidades reflita um mercado imobiliário perfeito. Contudo, num período suficientemente amplo, os benefícios efetivos das externalidades positivas ou os prejuízos das negativas tornam-se suficientemente evidentes para serem captados no valor de mercado dos terrenos. Evidentemente, no decurso do processo, os mais bem informados terão mais chances de se beneficiarem, adquirindo imóveis em via de valorização e se desfazendo daqueles em processo de desvalorização.

A origem das externalidades pode ser associada a agentes privados ou públicos. Belos jardins ou fachadas de construções tendem a valorizar prédios vizinhos, enquanto que o ruído excessivo provocado por bailes noturnos num clube pode desvalorizar os prédios das imediações. O Poder Público pode provocar a valorização dos imóveis próximos a uma praia ao tratar os esgotos vertidos nas águas ou pode desvalorizar os prédios ao longo de uma rua ao construir sobre ela um viaduto destinado a tráfego de alta velocidade. Em qualquer caso, é necessário que exista um processo de difusão da informação referente aos efeitos das externalidades, de modo que haja oportunidade de que estas sejam internalizadas no valor de mercado dos imóveis por elas afetados. Um dos veículos mais usuais para a canalização destas informações são os jornais, cujos anúncios deixam claro o processo de internalização dos benefícios gerados por externalidades positivas. Exemplos ilustram o processo de internalização em imóveis não residenciais: o anúncio do lançamento de um prédio comercial localizado na Zona Sul frisa os aspectos referentes às amenidades climáticas e à proximidade de uma clientela eventual mas certamente de alto nível de renda. Outro, referente a um imóvel localizado no centro da cidade, ao fim do *free-way* do Aterro do Flamengo e ao lado ao Aeroporto Santos Dumont, exemplifica a internalização dos benefícios gerados pelos investimentos públicos na rede de transportes, quando anuncia o curto tempo necessário para atingir diversos bairros da cidade.

Esses exemplos ilustram, então, o processo de divulgação dos tipos de benefícios inerentes às diversas localizações. Os efeitos das

externalidades, contudo, são localizados, e a sua intensidade se dilui com a distância. Por isso mesmo, a atração gerada pelas externalidades positivas acaba elevando o preço dos locais que se beneficiam mais intensamente delas. Isto leva a um adensamento demográfico nesses locais, que pode originar externalidades negativas, tais como poluição e congestionamento, que constituiriam fatores de depressão do valor do espaço nas localidades afetadas. Todavia, pode acontecer que restrições institucionais, na forma de zoneamentos e códigos de obras, sustentem a evolução do adensamento demográfico excessivo a ponto de criar externalidades negativas relevantes.³⁰ Nestes casos, a demanda de espaço nessas localidades tenderá a criar oportunidades de lucro para os já proprietários e intermediários ou construtores, que não vacilarão em pressionar os responsáveis pela política do uso do solo, pedindo zoneamentos ou códigos de obras mais permissivos. Tem-se argumentado que esses novos códigos teriam a vantagem, do ponto de vista da justiça social, de permitir a um maior número de famílias o acesso à localidade da sua preferência.³¹ O argumento peca por subestimar as externalidades negativas decorrentes do adensamento demográfico adicional e, mais grave ainda, elude o âmago do problema habitacional. Este não diz respeito ao reduzido contingente populacional que ora teria acesso às localidades mais visadas, mas se refere ao agudo *deficit* habitacional que implica mais de 200.000 famílias faveladas. Nem mesmo as regiões mais visadas para fins residenciais o são por fatores inteiramente naturais. Já tem sido mostrado que fatores climáticos e paisagísticos tornam a Zona Sul do Rio de Janeiro mais atraente do que a Zona Norte, e que a distribuição dos investimentos públicos tem endossado o desequilíbrio na distribuição das amenidades naturais, provocando um aumento da demanda do espaço limitado da Zona Sul, que beneficia seus proprietários.³²

³⁰ G. Velho, *A Utopia Urbana* (Rio de Janeiro: Zahar, 1973), particularmente pp. 83-84.

³¹ "Reunião com Velloso Deixa Empresários na Mesma sobre o Caso da Reforma Urbana", in *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 30-09-78).

³² A. Barboza de Araujo, "O Elitismo dos Códigos e o Populismo dos Construtores", in *Boletim do Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro*, Ano 11, n.º 4 (1978).

A teorização a respeito de bens públicos e localização residencial tem seguido uma evolução lenta. Apenas recentemente houve um esforço considerável na integração de ambas as linhas de pensamento,³³ o que é de estranhar, visto que os bens públicos dificilmente são perfeitos³⁴ e, em função da sua localização, podem promover uma considerável redistribuição da renda real. Contudo, no Brasil já foram publicados ao menos dois trabalhos que permitem fundamentar a existência da redistribuição da renda real devido a uma valorização de ativos imobiliários atribuível à localização de investimentos públicos.

O primeiro destes trabalhos refere-se à implantação da rede de transportes subterrâneos em São Paulo, tendo sido constatada uma significativa correlação positiva entre o preço do solo e o nível de acessibilidade ao centro.³⁵ Daí, pode-se concluir que a implantação do metrô paulista, ao alterar a estrutura de níveis de acessibilidade ao centro e, portanto, da distribuição dos custos efetivos de locomoção das famílias, pode ter provocado uma considerável redistribuição da riqueza e, portanto, da renda real.

O segundo destes trabalhos estuda a distribuição dos investimentos públicos nas redes de água e esgotos da Cidade do Rio de Janeiro, que continuariam a ser localizadas nas regiões mais privilegiadas, com o valor presente do fluxo de benefícios futuros, líquidos de impostos locais, tendo sido capitalizado no valor da terra.³⁶

³³ D. E. Booth, *On Residential Location and the Provision of Local Public Goods in a Metropolitan Area*, Tese de Ph.D. (University of Washington, 1972), pp. 2 e 6.

³⁴ Perfeitos, no sentido de bens públicos cujo consumo por um indivíduo não ocorre em detrimento da quantidade disponível do bem. A este respeito, ver P. A. Samuelson, "The Pure Theory of Public Expenditure", in R. W. Houghton (ed.), *Public Finance* (Penguin Books, 1970), p. 179.

³⁵ A. Nigriello, *O Valor do Solo e sua Relação com a Acessibilidade (Estudo a Nível Urbano)*, Tese de Mestrado (Rio de Janeiro: COPPE, 1977), p. 113.

³⁶ D. Vetter *et alii*, "Espaço, Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infra-Estrutura Urbana: Uma Análise do Município do Rio de Janeiro" (Fundação IBGE, Departamento de Estudos e Indicadores Sociais, Divisão de Indicadores Sociais, 1978), pp. 28 e 40, mimeo.

Em suma: a cidade, de modo geral, e os investimentos públicos, em particular, geram externalidades positivas e negativas que são internalizadas no valor do patrimônio imobiliário das famílias. Por sua vez, as alterações dos valores destes patrimônios atuam no sentido de redistribuir a renda real.

O fato de que todos os exemplos citados constituam casos de valorização do patrimônio imobiliário não significa que desvalorizações de patrimônio não ocorram. Entretanto, elas são menos frequentes, como resultado, inclusive, da legislação na forma de zoneamentos. Não se lança mão, contudo, de mecanismos legais para evitar a apropriação privada da valorização da terra provocada por investimentos públicos. Do ponto de vista estritamente econômico, não há razões para supor que o Governo intervenha com o propósito de alterar a estrutura de valores relativos dos imóveis, mas a frequência com que isto acontece precisa ser explicada à luz da distribuição do poder de decisão na sociedade, e isto foge ao escopo do presente trabalho.

5 — Sumário e conclusões

Com este trabalho, pretendeu-se contribuir para a formalização da análise de redistribuição da renda real no contexto urbano. À luz deste propósito, deu-se ênfase especial a algumas formas pelas quais se manifesta a iniquidade da distribuição da renda monetária, notadamente via redução das oportunidades de produção e consumo para as famílias de rendas monetárias comparativamente mais baixas. Apontou-se também o fato de que a distribuição de oportunidades de produção e consumo não seria estável ao longo do tempo, tendendo as mudanças a prejudicar os já menos favorecidos. Esta característica cumulativa do processo de distribuição dos custos e benefícios urbanos decorreria da tendência à valorização do patrimônio imobiliário das famílias mais abastadas, as quais ainda teriam maior acesso à educação, o que não apenas aumentaria sua capacidade de decodificar a rede de informações urbanas, mas também as tornaria mais

plásticas à mudança. Esta maior plasticidade abriria oportunidades ao aproveitamento da transformação dos recursos urbanos.

A aplicação desta abordagem foi limitada pela disponibilidade de dados, que obrigou o autor a realizar para a Cidade do Rio de Janeiro um estudo que, se fosse feito a nível metropolitano, teria permitido conclusões mais taxativas. Contudo, neste trabalho é possível constatar que o núcleo da cidade está mais bem provido dos equipamentos básicos, como redes de saneamento, água potável, transporte e comunicações. Este meio ambiente, criado pelo homem, veio acentuar as disparidades naturais de atratividades já existentes em termos de clima e amenidades, tornando a Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro o local mais visado para fins de localização residencial. Não é de surpreender o resultado da luta pelo espaço, decidida num regime de leilão: os mais abastados têm-se localizado primordialmente no núcleo da cidade, deslocando a população mais pobre em direção à periferia. As transgressões a este processo de alocação do espaço urbano, como as configuradas pela favelização de terrenos públicos e privados, permanecerão no reino do informal enquanto as circunstâncias, inclusive políticas, não propiciarem sua remoção. Ao aceitar esta situação, o poder público tem sancionado a estratificação social do solo, acentuada pela orientação da localização dos investimentos públicos, cuja tendência ainda não foi revertida.

A capitalização dos investimentos públicos e privados no valor do espaço no núcleo tem induzido um adensamento demográfico que já ameaça a qualidade do meio ambiente. Custos deste tipo, contudo, perdem relevância frente aos que a marginalização impõe ao contingente populacional periférico. Este é privado não apenas de serviços públicos satisfatórios, mas também de acesso ao comércio diversificado e às oportunidades recreacionais, sendo ainda obrigado a arcar com o ônus de tempos mais longos de deslocamentos, realizados ainda em condições mais incômodas do que as reservadas às classes de rendas mais altas. Considerações teóricas justificariam o argumento de que as famílias de rendas mais baixas ainda pagariam comparativamente mais caro pelos serviços de moradia.

O caráter estático do panorama da distribuição da renda real retratado acima não deve levar-nos a acreditar que se trata de uma situação de equilíbrio. A dinâmica do processo de redistribuição tenderia a tornar o panorama ainda menos alentador. Contudo, cabe indagar se não se terá chegado já ao limite do suportável. As freqüentes manifestações espontâneas de rebeldia que têm ocorrido nos canteiros de obras públicas e na rede de transporte ferroviário suburbano devem ser vistas como "sinais de desabafo e alerta", pois evidenciam que o consenso, de fato, que garantiria o *status quo* começa a ser questionado, sintomaticamente, pelos menos favorecidos na partilha dos frutos do esforço coletivo.

Uma reorientação dos investimentos públicos que proporcionasse melhores condições de vida à população marginalizada tenderia a atenuar a situação. Mais fácil acesso à moradia, saúde, transporte e recreação contribuiria, sem dúvida, para melhorar a qualidade de vida da população periférica. Contudo, é necessário salientar que a atual distribuição iníqua destes recursos é apenas uma das formas em que se manifesta a pobreza, e esta não pode ser analisada fora do contexto da distribuição do poder na sociedade. O panorama atual da distribuição da renda real é reflexo de uma organização social na qual a grande maioria da população não tem poder de decisão sobre a alocação do excedente social, nem mesmo sobre aquele que é tido por público.

Uma abertura política como a que hoje ocorre certamente contribuirá para uma redefinição das posições de barganha, o que possibilitará uma distribuição mais eqüitativa da renda real. Entretanto, a margem de redefinição ora possível permite apenas uma atenuação do conflito presente: mais adiante se reeditará a confrontação, embora talvez a um nível menor de pobreza absoluta.

(Originais recebidos em agosto de 1979. Revisos em agosto de 1980.)